

Andrea Joana Sodré de Sousa Garcia
Ana Carolina Torrente Pereira
Karlene Carvalho Marinho de Araujo
Juarez Carvalho Filho

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Grupo de trabalho

Políticas públicas e a formação docente em ciências sociais: Limites e possibilidades

Formação da identidade e condições de trabalho dos professores de sociologia das escolas públicas estaduais do Maranhão.

Belém, Pará

2021

INTRODUÇÃO

A disciplina de Sociologia passou e ainda passa por dificuldades em vários aspectos. Mesmo fazendo parte dos componentes curriculares do ensino médio há mais de dez anos, ainda há dificuldades diversas no estabelecimento da disciplina. Desde problemas com os contatos iniciais dos estudantes com a Sociologia, seguindo na grande maioria das vezes com questionamentos recorrentes, tais como: *“eu nunca estudei sua matéria, mas sei que ela é muito chata”*, *“eu não vou suportar a sua matéria”*, *“para que serve sociologia mesmo?”*, *“por que eu tenho que estudar sociologia?”* (PAIM; SANTOS, 2009, p. 126). Até nas constantes ameaças de retirada da Sociologia do currículo da educação básica (Reforma do Ensino Médio, 2017). Aprofundando um dos aspectos da dificuldade do estabelecimento da Sociologia na Educação Básica, creio que um ponto a ser considerado é que nosso objeto de estudo é nossa própria sociedade e suas problemáticas. Assim sendo, o próprio cotidiano dos indivíduos, os quais enxergam suas realidades a partir de suas próprias visões de mundo enviesadas e subjetivas. Desnaturalizar os processos sociais se torna uma tarefa árdua e penosa aos que não estão ainda ligados às Ciências Sociais (CARVALHO FILHO, 2014, p.62). Outro aspecto se dá ao conseguir ter legitimidade científica da disciplina, mas a mesma ser vista como engrenagem de solução imediata das problemáticas da escola. Ao professor de sociologia é relegado a restrita função de solucionar os vários problemas escolares, já que um dos nossos objetos de estudo é a própria escola,

[...] isso é uma das representações que temos de enfrentar quando reconhecem a legitimidade do ensino de sociologia na escola média, por exemplo, resolver os problemas de violência na escola - e não tanto da violência simbólica presente na escola; do mesmo modo que aceitam a filosofia na escola a partir da representação que fazem dessa disciplina como sendo “aquela disciplina que faz e ensina a pensar” [...] aceitam a sociologia com o fim precípua de resolver problemas da escola, que são sistêmicos, antes de tudo, além de ignorarem que os objetos das disciplinas escolares devem estar voltados para fora da escola e não para dentro, tal como temos proposto a presença da sociologia (MORAES, 2010, p. 25).

Nas escolas isso ocorre de maneira a lançar constantemente ares de desconfiança sobre disciplina, muitas vezes relegando ao professor de Sociologia a análise restrita das problemáticas da escola.

Essas dificuldades também se apresentam ao tentarmos refletir sobre a situação da disciplina no Estado do Maranhão, em específico no município de São Luís. Conversando com colegas professores de outras áreas, com gestores escolares na cidade de São Luís, nota-

se que esta cadeira foi tratada de forma secundária no currículo escolar, sendo, grosso modo, minimizada por vários profissionais que a consideram “fácil” e/ou sem grande “peso curricular”, em comparação com disciplinas como Matemática e Português. Logo, a disciplina é vista por muitos como complementação de carga horária, ou é ministrada por professores que estão cumprindo os 60 dias antes da aposentadoria, ou ainda, como remanejamento de professores/pedagogos para áreas de Sociologia e Filosofia, devido ao fim dos cursos de magistério que tínhamos no Estado do Maranhão.

A disciplina de Sociologia, na referida rede de ensino, é ministrada em todas as séries do Ensino Médio (1^a, 2^a e 3^a), porém, com carga horária diferenciada: 1^o e 2^o ano possuem 80 horas/anuais, o que equivale a duas aulas por semana. Já na 3^a série, a carga horária é menor: 40 horas/aula por ano, o que equivale a 1 aula por semana. Essa carga horária anual é estabelecida pela Secretaria, bem como sua base curricular, e estabelece também os conteúdos que devem ser trabalhados em cada série.

No ano de 2018, a Lei 11.684/2008 completou 10 anos de promulgação e nesse período houve mudanças na estrutura e currículo do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão e da Universidade Estadual do Maranhão. Por determinação do Ministério da Educação (MEC) os Cursos de Ciências Sociais da UFMA e da UEMA, que funcionavam na modalidade conjunta, foram separados em Ciências Sociais bacharelado e Ciências Sociais licenciatura. Na UFMA o desmembramento aconteceu em 2010 e na UEMA em 2013, sendo que, no caso desta última, o reconhecimento dois anos depois, em 2015.

Carvalho Filho e Costa (2018) em pesquisa recente, falam sobre os desafios para a consolidação da licenciatura em Ciências Sociais, que historicamente traz “uma hierarquização entre as duas modalidades do curso, mediante uma importância maior dada ao bacharelado frente à licenciatura”, e apontam ainda a fragilidade na formação dos licenciados, que muitas vezes são visto como professores, e não sociólogos.

De acordo com Carreiro (2018) das seis turmas abertas no período entre 2010 e 2012, três eram de licenciatura, obtendo 120 inscritos. Apesar da procura ser considerada positiva, o referido autor revela que o número de formandos habilitados à licenciatura, de 72, dentro do período referido, é considerado pequeno, por nos remeter à ideia da evasão e por não atender minimamente o crescimento de abertura de turmas da rede pública estadual.

Essa situação sempre me deixou inquieta e reflexiva: onde estão os profissionais licenciados em Ciências Sociais? Como a Secretaria Estadual de Educação tem trabalhado essa situação, sendo que tem como meta a qualidade do ensino? Quantos profissionais formados em

Ciências Sociais estão como professores na rede escolar pública do Maranhão? Quantos são efetivos e quantos são contratados?

Essa pesquisa se insere no conjunto de trabalhos desenvolvidos por pesquisadores a nível nacional e regional sobre o ensino de Sociologia na Educação Básica. A literatura produzida nessa área ao longo de 10 anos tem se consagrado à história da disciplina, à história dos manuais, sobre as estratégias metodológicas de ensino, as modalidades formativas, a formação do currículo, sobre o estágio e o Programa de Iniciação à Docência (Pibid), etc. Porém são poucos, ainda, os trabalhos que buscam investigar a formação da identidade e a inserção profissional no mercado de trabalho do professor de Sociologia (SILVA, 2016; e LIMA, 2017) e as condições objetivas de trabalho docente, notadamente no Maranhão, onde esse é um estudo ainda é inexistente. Nesse sentido, a presente proposta enseja contribuir para o conhecimento da estrutura e do funcionamento do mercado de trabalho do professor de Sociologia no Maranhão, desvelando seu perfil deste profissional e suas condições de trabalho.

DESENVOLVIMENTO (APOORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO, RESULTADOS E REFLEXÃO)

O Brasil, historicamente falando, passou por várias reformas educacionais na intenção de regulamentar e organizar seu ensino, e principalmente romper com a tradição de uma educação voltada para a elite e setores emergentes da classe média. Outro avanço no sistema educacional do Brasil, diz respeito às Leis de Diretrizes e Base dos anos: 1961 (Lei nº 4.024), 1971 (Lei nº 5.692) e 1996 (Lei nº 9394), que romperam com as estruturas curriculares passadas, sendo que esta última vigora até os dias atuais e é nela que se encontra a obrigatoriedade do ensino da Sociologia em todos os anos do Ensino Médio, amparada pela Lei nº 11.684/2008. (BRASIL, 2013). Todavia, no ano de 2017, a lei 9394/96 passou por mais uma reforma, na qual as disciplinas passaram a integrar uma gama de itinerários formativos em que os estudantes se aprofundam nas áreas que lhes são mais atrativas, tendo como disciplinas obrigatórias, somente português, matemática e inglês. Esta modificação aponta uma reestruturação das disciplinas que se formulam por áreas de conhecimento. Nesta estruturação, disciplinas como Sociologia e Filosofia perdem espaço, pois ficou postulado que devem estar presente de forma pulverizada no currículo, e não mais como componente curricular (MEC, 2017).

A disciplina Sociologia, pelo senso comum, é vista como uma disciplina de conflitos e que tem por finalidade, apenas discutir o social pelo social, e nem sempre com intenção de desnaturalizar. Ou então inferem sobre a disciplina uma simples formação de configuração ideológica de política partidária. A proposta apresentada pelos Planos Nacionais de Educação, bem como pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Básica, é de que a Sociologia tem por objetivo geral “introduzir o aluno nas principais questões conceituais e metodológicas das disciplinas de Sociologia, Antropologia, e Política”, tendo como ponto de partida a reflexão sobre as mudanças nas condições sociais, econômicas e políticas advindas do século XVIII e XIX (BRASIL, 2013). Nessa perspectiva percebe-se que os Parâmetros e Diretrizes orientam os docentes quanto aos objetivos, conceitos, conteúdos e formas de ensinar a referida disciplina.

Mas quando a Sociologia foi inserida nas escolas secundárias brasileiras? Em 1890, Benjamin Constant tinha grande influência no Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos e propôs uma reforma no ensino do Brasil, introduzindo, de forma obrigatória, o ensino da Sociologia nos cursos secundários e superiores. Entretanto a questão do ensino da Sociologia foi colocada de lado, devido a sua morte na época da implantação dos novos currículos. Somente em 1925, com a reforma proposta por Rocha Vaz, é que a disciplina foi colocada em prática nas escolas secundárias. Três anos depois (1928) passou a ser ministrada também nos cursos de 2º grau, com habilitação para o Magistério. Até o ano de 1942, a permanência da disciplina foi assegurada pelas reformas que se seguiram, esbarrando no referido ano, na Reforma de Capanema que retirou a obrigatoriedade da Sociologia na escola secundária (MEKSENAS, 2010; CARVALHO FILHO, 2014).

Nos anos seguintes, em meio às grandes turbulências políticas, antes e depois de 1964, a Sociologia foi perdendo sua visibilidade, sendo ministrada somente nos cursos de Habilitação para o Magistério. Apesar da pouca visibilidade, vários intelectuais, dentre eles Florestan Fernandes e Antônio Cândido, continuaram na luta pelo seu reconhecimento e inclusão total no ensino. Para Florestan (1966), o ensino da sociologia estava atrelado a auto consciência social, que poderia levar as diversas camadas sociais do país a direcionar suas ações e objetivos em razão da sua preocupação com o desenvolvimento. Destaca-se também uma mobilização realizada em outubro de 1983, chamada: “Dia Estadual de luta pela volta da Sociologia ao 2º grau”, que aconteceu em São Paulo e resultou na oferta de cursos de atualização para professores de Sociologia nos anos de 1984 e 1985 (MEKSENAS, 2010). Somente no ano de 1996, com a aprovação da LDB, Lei 9.394, foi que o ingresso da Sociologia na Educação Básica consolidou-se. A nova LDB, traz no art. 36, parágrafo 1º,

inciso III, a seguinte redação: “[...] ao final do ensino médio o educando demonstre: domínio de conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Mas até aqui, não trazia em seu texto sua obrigatoriedade. Isso só aconteceu no ano de 2008, com a Lei nº 11.684, que revogava o inciso III do Art. 36, parágrafo 1º, e acrescentava no inciso IV, do Art. 36: “serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio”.

A partir do que foi revisado até aqui, percebe-se as lutas e as ações enfrentadas para garantir o reconhecimento da disciplina de Sociologia como fundamental para o desenvolvimento dos alunos. Mas qual será de fato a função social da sociologia?

Carvalho Filho (2014), em um artigo intitulado O Ensino de Sociologia como Problema Epistemológico e Sociológico, traz uma discussão sobre a utilidade da Sociologia e dos trabalhos realizados para justificá-la, a fim de obter reconhecimento, mediante a definição de sua função social e da própria profissionalização, que como observou-se nos parágrafos anteriores, só foi reconhecida recentemente, quando da obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio. E mesmo assim, percebe-se que está sempre em nível inferior em relação às demais disciplinas, tais como Matemática, História, Português.

Ele ainda afirma que:

em matéria de ensino de ciências sociais do homem, não se escapa ao problema epistemológico, sociológico e político. O que está no centro da discussão, além da definição dos próprios objetivos da disciplina – quer dizer, de sua função social e do seu papel, não exclusivo, de contribuir para a articulação da formação do espírito crítico e os debates científicos – são as disputas pelo direito de falar com autoridade do mundo social (CARVALHO FILHO, 2014, p. 70).

Há, dessa maneira, a possibilidade de postular que os objetivos da educação em geral e da Sociologia no nível médio em particular dependem, até certo ponto, das posições tomadas pelos agentes da educação, e no caso dos professores de Sociologia, ou da instituição escolar como um todo, no campo das teorias pedagógicas e das próprias condições objetivas de trabalhos que as instituições oferecem.

Outro ponto importante, analisado por Silvia (2016), é que a implementação da Lei 11.684/2008 acontece num cenário no qual a maioria dos professores que ministram aulas de Sociologia não possuem formação na área. Sendo assim, é relevante a análise das formações identitárias dos professores, bem como coloca-se em questão a necessidade de compreender sua formação e trajetórias e condições de trabalho.

Silvia (2016) ainda esclarece que a grande incidência de professores sem formação específica (Sociologia) e as condições estruturais em que é oferecido o ensino constituem-se como

entaves no processo de consolidação do ensino da Sociologia na educação básica, já que esse contexto acaba por reforçar a ideia de que qualquer professor pode ministrar a disciplina.

É preciso, pois, entender que “o processo de ensino requer do professor uma prática fundamentada em conhecimentos sociológicos, o que exige reflexão e trabalho intelectual que se demonstram incompatíveis com o modelo de organização, muitas vezes, vigente nas escolas”. (SILVIA, 2016 apud BOURDIEU, 1994)

Do contrário, como analisa Santos (2002):

quando as aulas são ministradas por professores de outras áreas há uma tendência de propagar uma visão da Sociologia como uma ideologia, pois consideram que o objeto da sociologia é formar a consciência política e direcionar os estudantes para algum tipo de intervenção social.

Ao analisar os vínculos entre emprego-formação, Dubar (2009) considera que, a partir dos anos de 1980, a formação se tornou um componente cada vez mais valorizado para o acesso e permanência nos empregos. Dessa maneira, estabelece-se e justifica-se a estreita relação entre formação, emprego e processos identitários.

A identidade se estabelece enquanto reconhecimento, confirmação ou valorização dos outros nas formas que assumimos. Dessa maneira, entende-se que “a identidade humana não é dada, no ato do nascimento. Constrói-se na infância e deve re-construir-se sempre ao longo da vida”, ou seja, é produto de sucessivas socializações, e o trabalho consiste em um espaço no qual essas negociações identitárias ocorrem, dando origem a uma estrutura de identidade profissional (DUBAR, 2009, p. 13/14).

Há uma percepção dúbia da sociedade sobre os professores que, perpassa a ideia de desconfiança, pois são acusados de serem profissionais insignificantes, além de terem uma formação deficiente; por outro lado, há uma retórica cada vez mais abundante que considera os professores como elementos essenciais para a melhoria da qualidade do ensino e para o progresso social e cultural (NÓVOA, 1999, p. 2-8).

Segundo Lima (2017) as licenciaturas em Ciências Sociais procuram garantir um espaço de formação específico, com componentes curriculares também específicos, configurando um campo profissional delimitado, o de professor de Sociologia no Ensino Médio.

A presente pesquisa compõe uma parte do trabalho de doutoramento que está em processo de desenvolvimento. Dessa maneira apresenta neste artigo, resultado parcial, em que foi preconizado uma amostra de professores vinculados ao Fórum Maranhense de Sociologia.

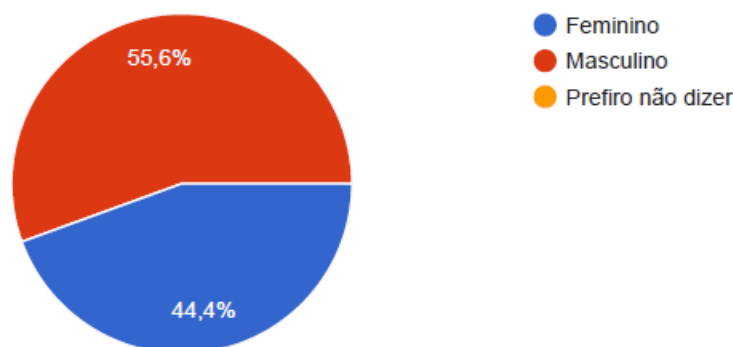
Estes professores têm formação específica de licenciatura em Ciências Sociais e pertencem ao quadro de docentes da Educação Básica do Estado Maranhão.

O Fórum Maranhense de Sociologia¹ é uma ação planejada e desenvolvida por professores de sociologia ligados à rede pública estadual. Dentre os objetivos do fórum estão: possibilitar troca de experiências entre os professores de Sociologia; promover as vivências e experiências dos jovens protagonistas; capacitar os jovens protagonistas, para a vida integral no tríplice universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva.

Posteriormente será desenvolvido um trabalho específico sobre a representação do Fórum Maranhense de Sociologia para o ensino da sociologia.

Foram aplicados dez questionários com os referidos professores e cada questionário contava com doze questões, sendo que duas eram questões subjetivas e dez objetivas. Os questionários foram enviados por formulário da plataforma *Googleforms*. O objetivo deste foi traçar um perfil destes docentes, bem como, o reconhecimento de sua formação e sua representação do ensino da sociologia.

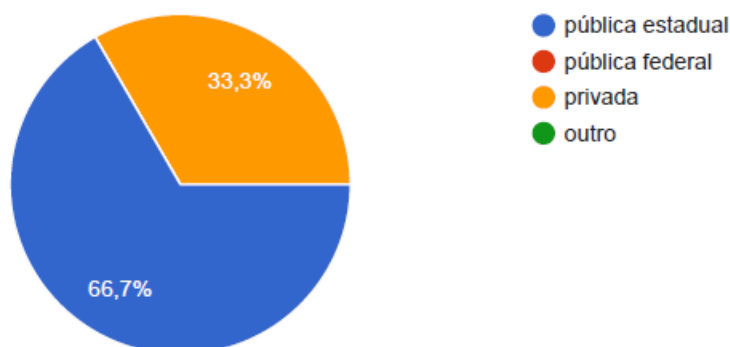
GRÁFICO 1: GÊNERO DOS PROFESSORES DE SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA – SÃO LUÍS/MA



¹ O Fórum acontece anualmente e teve sua primeira edição em 2018 com a participação de 25 escolas estaduais, com a representação de 12 estudantes e um docente de sociologia para cada uma delas. Em 2019 houve um acréscimo no número de escolas, chegando ao total de 31, em que cada uma pode enviar 8 estudantes e um professor para representá-las. Em 2020 o Fórum se reestruturou em seu formato pelas adversidades causadas pelo momento mundial da Pandemia, e foram realizadas dez *lives* pelo canal do Youtube Fórum Maranhense de Sociologia. Este evento conta com o apoio direto da Secretaria Estadual de Educação do Maranhão (SEDUC-MA).

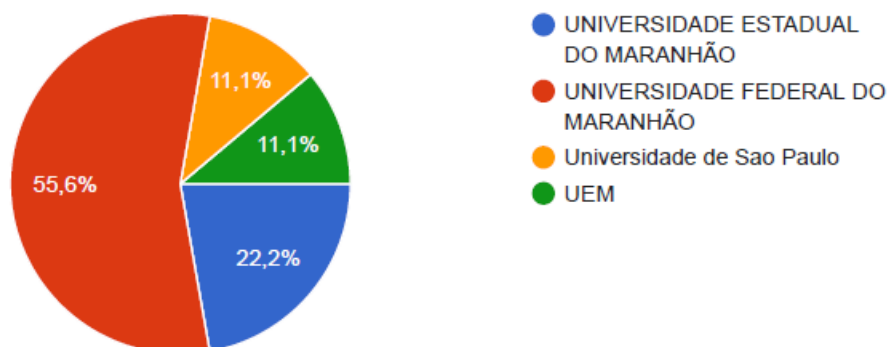
Dentre os professores participantes da pesquisa pode-se observar que não há grande diferença no número de professores e professoras, mas o número de homens é um pouco maior do que o de mulheres.

GRÁFICO 2: Caracterização da formação escolar na etapa da educação básica por âmbito privado/público dos professores de sociologia



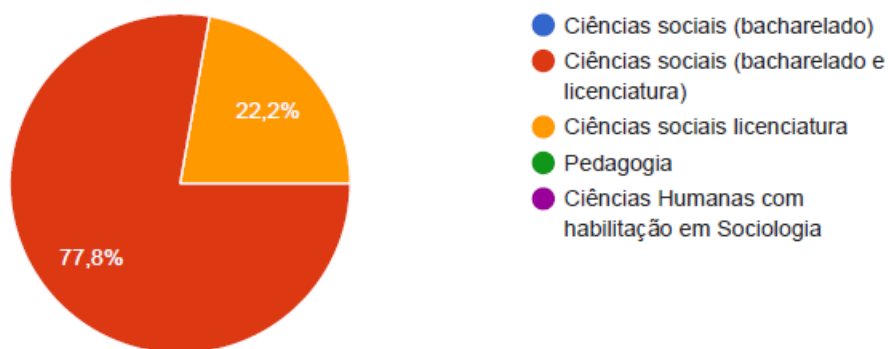
O gráfico aponta que 66,7% dos professores entrevistados tem formação básica nas escolas públicas estaduais, e 33,3% em escolas privadas. Nota-se que uma parte significativa dos professores desta amostra tem suas vivência de formação formal em escolas públicas, já reconhecendo, portanto, esta estrutura anteriormente. Assim, pode-se inferir que estes têm experiências de socialização escolar próximas de sua vivência laboral e da realidade de seus alunos e alunas. Este fato pode nos levar a refletir se há uma afetuosidade e apego quanto ao trabalho que exercem e seu significado.

GRÁFICO 3: Local de formação de ensino superior dos professores de sociologia



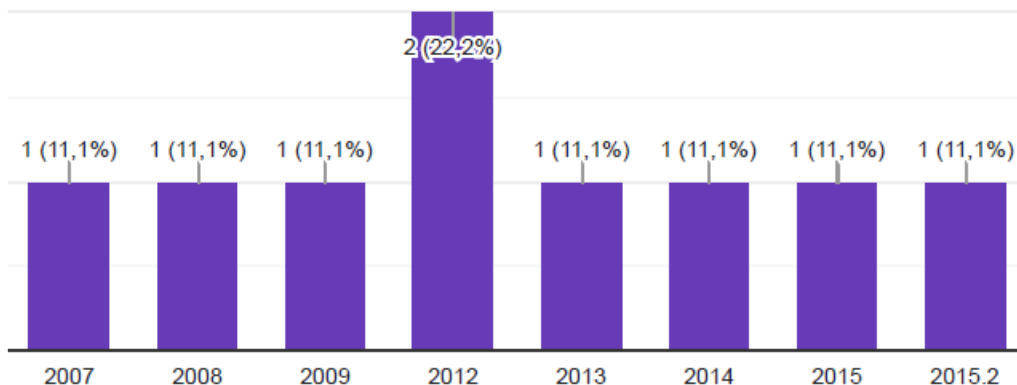
Na formação superior, todos os professores tiveram passarem por universidades públicas, mas em locais diferentes. Observa-se que 55,5% são formados pela Universidade Federal do Maranhão, 22,2% pela Universidade Estadual do Maranhão, ambas com campi no município de São Luís-MA. A duas incidências de universidades localizadas em outros estados: Universidade de São Paulo, localizada na cidade de São Paulo-SP e Universidade Estadual de Maringá, localizada na cidade de Maringá-PR. Assim, os professores de sociologia da amostragem possuem sua formação no âmbito público do ensino superior, sendo que 77,7% formaram-se na cidade de São Luís.

GRÁFICO 4: Qual a área e habilitação de formação dos professores de sociologia



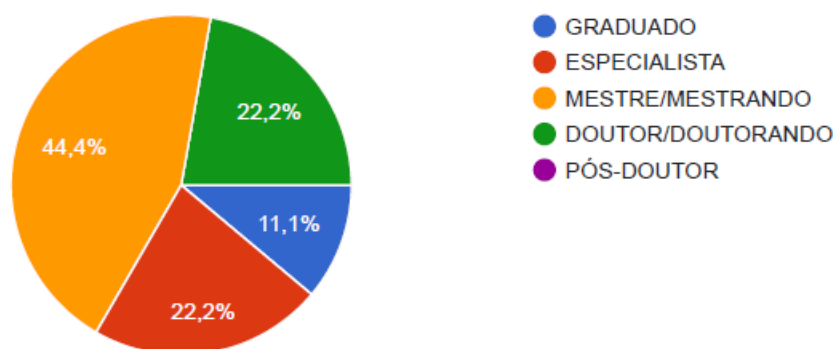
O gráfico 4 aponta que 77,8% dos professores participantes da pesquisa são formados em Ciências Sociais com habilitação em licenciatura e bacharelado, e 22,2% também são formados em Ciências Sociais mas com habilitação específica em licenciatura. Todos os professores da amostra estão na área de sua disciplina e com formação para docência. Percebe-se também que a maior parte deles também buscaram a habilitação do bacharelado sendo aptos tanto para pesquisa quanto para docência. A minoria buscou apenas a formação específica para se tornarem professores.

GRÁFICO 5: Ano de formação superior dos professores de sociologia



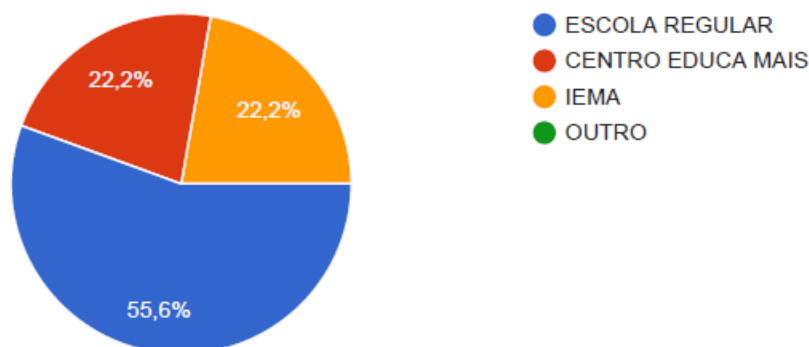
Sobre o ano de conclusão de curso dos docentes entrevistados, nota-se no gráfico 5 que os professores formaram-se entre os anos de 2007 e 2015, finalizações recentes que acompanharam o estabelecimento da disciplina no currículo do ensino médio.

GRÁFICO 6: Grau de formação dos professores de sociologia



No gráfico 6 percebe-se que quanto a capacitação o grupo se compõe de 11,1% que são graduados, 22,2% que são especialistas, 44,4% que são mestre/mestrando e 22,2% que são doutores/doutorandos. Pode-se inferir que entre os professores há uma procura no aprimoramento de suas formações para melhoria da capacitação.

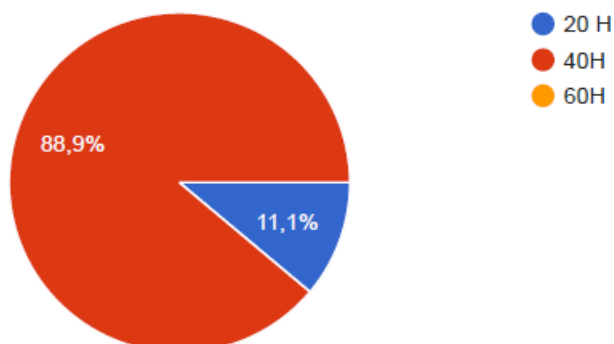
GRÁFICO 7: Modalidade da escola dentro da estrutura da Secretaria Estadual de Educação do Maranhão em que o professor atua.



Dentro da organização do sistema educacional do Estado do Maranhão há três tipos de estruturação escolar: regular, Centro Educa Mais e Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA). Em dois tipos há a prevalência de ensino em tempo integral: nos Centros Educa Mais e nos IEMAs. Este último agrega em sua formulação o ensino técnico concomitante a formação do ensino médio. As escolas regulares de ensino médio oferecem o ensino médio em turnos de estudo diferentes (matutino, vespertino ou noturno). No caso da amostra pesquisada, 55,6% dos professores trabalham em escolas do tipo regular, 22,2% trabalham em Centros Educa Mais e 22,2% em IEMAs.

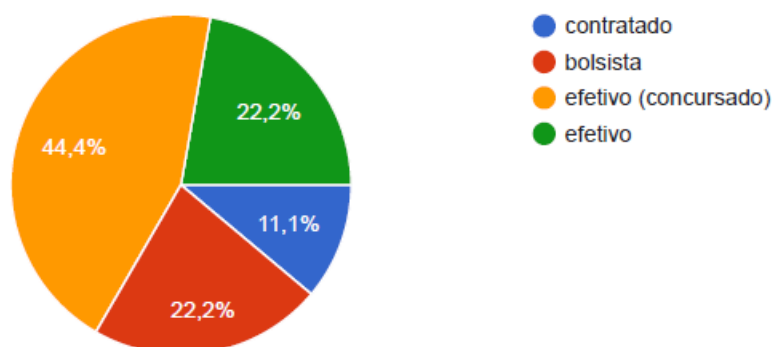
O IEMA, inicialmente organizado pela Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia do Maranhão, foi criado em 2015, através da Medida Provisória nº 184, assinada no primeiro mandado do Governador Flávio Dino. Esta instituição tem por objetivo ampliar a oferta de educação profissional, científica e tecnológica em todas as regiões do estado. Atualmente O IEMA está organizado em duas modalidades: Unidades Plenas (oferta Ensino Médio Técnico em tempo integral) e Unidades Vocacionais (oferta cursos profissionalizantes a jovens e adultos). Atualmente temos em todo território maranhense 26 unidades plenas e 13 unidades vocacionais (IEMA,2021). Essa modalidade de ensino tem sido uma aposta do governo Flávio Dino, no que tange a educação, pois vem recebendo investindo na criação de novas escolas/IEMAs por todo Maranhão. Desde 2015 até os dias atuais foram criados xx IEMAs.

GRÁFICO 8: Carga horária de trabalho do professor de sociologia



As cargas horários possíveis para o quadro de professores da Seduc-MA pode variar entre 20 horas semanais, 40 e 60. A amostra de estudo aponta que 88,9% são professores com 40 horas de trabalho semanal, 11,1% são de 20 horas e ninguém com 60 horas. Essa realidade aponta que a grande maioria dos professores de sociologia possuem carga horária expressiva para dedicação ao ensino de sociologia.

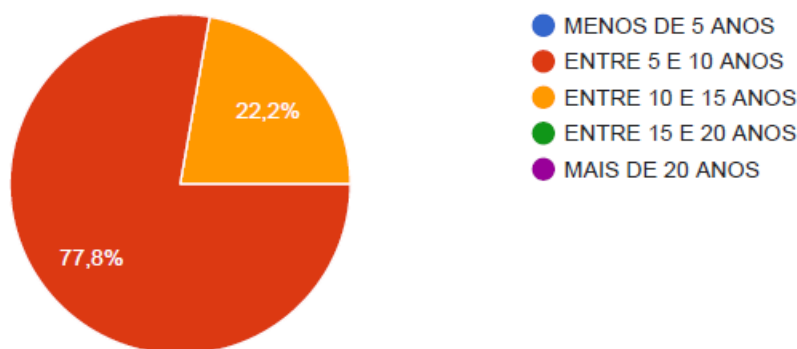
GRÁFICO 9: Vínculo de trabalho do professor de sociologia



Os vínculos dos professores com o Estado podem ser categorizados como contratado, em que o trabalho é feito por contrato de prestação de serviço com tempo determinado; bolsista, esta categoria entra dentro da estrutura dos IEMAs pelo incentivo a pesquisa; e os efetivos que se adequam aos termos do funcionalismo público. Contratos e bolsista se apresentam de forma mais rotativa pela sua caracterização legal e com salários/bolsa menores que os efetivos. Estes possuem maior estabilidade e prioridade quanto a colocação nas escolas. Da amostra da pesquisa verificou-se que 66,6% dos professores de sociologia são efetivos concursados, 22,2% são bolsistas e 11,1% são contratados. Estes números demonstram que os professores possuem mais estabilidade e segurança quanto a permanência

no trabalho, contando também com a possibilidade de maior dedicação já que segundo o Gráfico 8 a maioria tem carga horária de trabalho de 40 horas semanais.

GRÁFICO 10: tempo de experiência de trabalho na docência da educação básica na disciplina de sociologia



Dentre as possibilidades de tempo de experiência na docência da sociologia na educação básica, 77,8% dos professores entrevistados tem de 5 a 10 anos de trabalho, e 22,2% de 10 a 15 anos de trabalho. Nenhuma tem menos de 5 ou mais de 15 anos de docência. Contata-se que este grupo não tem professores iniciantes, o que possibilita inferir que são professores com uma razoável experiência, mas ainda próximos ao ano de suas formações, criando uma ligação entre a capacitação na área e a prática docente.

A questão final do questionário era sobre o sentido da profissão de docente no Maranhão. Por ser uma questão subjetiva iremos apresentá-la em formato de quadro.

Quadro 1: Sentido da profissão docente no Maranhão

Humanizar, promover experiências formativas, contribuir com a constituição do sujeito, permitir ao estudante acessar um legado cultural da humanidade

<p>O professor efetivo no Maranhão detém grande vantagens financeiras e com o atual governo uma estrutura mínima para desempenhar suas funções. A maior problemática que vejo são os professores que se encontram em disciplinas que fogem do seu espectro de conhecimento, tornando o ensino público uma espécie de tapa buracos que não funciona e impede muitos estudantes de aprenderem e realmente gostarem da disciplina.</p>
<p>Auxiliar na transmissão de conhecimentos, no empoderamento do indivíduo, apoiar os jovens na construção e consolidação de sua identidade e do seu projeto de vida.</p>
<p>Dedicação e luta</p>
<p>Formador de conhecimento e opinião responsável pela colaboração com a reflexão e incentivo a cidadania.</p>
<p>A profissão de docente no Maranhão é de extrema importância para formação de uma sociedade mais crítica da sua realidade.</p>
<p>Formar alunos que tenham capacidade de olhar o mundo que os cercam de forma mais autônoma é algo que se faz urgente. Tenho um orgulho enorme da profissão que exerço. Acredito que ela é fundamental para termos um sociedade mais justa.</p>
<p>Contribuir para formação crítica dos alunos</p>

Nesta questão percebe-se que os professores participantes demonstram satisfação em seus trabalhos, direcionando a prática docente a uma visão ampla de formação humana, utilizando da sociologia para incrementar e fundamentar a educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda há muito a ser pesquisado sobre a formação de identidade dos docentes em sociologia na rede pública estadual do Maranhão, bem como sobre a suas condições de trabalho, tendo em vista as modificações que se apresentam como a reforma do ensino médio e ainda a pandemia que tem modificado drasticamente a forma de ensino em todo o mundo. O ensino da sociologia no ensino médio sofre mais uma vez com a incerteza de como será seu desenvolvimento e permanência nas escolas e os questionamentos se fazem cada vez mais presentes sobre o futuro da licenciatura em ciências sociais e o rumo que levará os professores já formados na referida licenciatura.

No Maranhão, o que se observou é que houve uma abertura maior na entrada de docentes licenciados em sociologia, que ocorreu através dos concursos públicos (2009 e 2015). Segundo pesquisa realizada por Carreiro (2018) houve um aumento na formação de estudantes na modalidade conjunta (bacharelado e licenciatura), tanto na Universidade Federal do Maranhão, quanto na Universidade Estadual do Maranhão. Essa realidade fica bem visível no gráfico sobre formação dos professores, na qual apresenta que 80% dos que responderam possuem as duas formações.

Outro dado importante é que 80% dos professores possuem titulação que vai de especialista a doutor/doutorando.

Os dados apresentados são resultados da análise de uma amostra realizada com 10 professores de sociologia da rede pública estadual. Ainda há um caminho longo a se percorrer de leituras e ampliação da pesquisa para um maior número de professores e análise mais elaborada que possa comportar a dimensão da proposta. Todavia, os dados analisados e apresentados nos gráficos nos apresentam norte sobre a formação e condições de trabalho dos professores do ensino médio do Maranhão, e nos faz conhecer um pouco mais sobre quem são os professores e como estes se percebem na escola no papel de docente.

REFERÊNCIAS

- BEAUD, S.; WEBER, F. - Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados Etnográficos. - São Paulo. 1ªED. Editora Vozes, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. 2013.
- CARVALHO FILHO, Juarez L de. e COSTA, Leomir S. Compreendendo o processo de institucionalização das Ciências Sociais na UFMA: desafio para consolidação da licenciatura. In: Sociologia e educação: desafios da formação de professores para o ensino de sociologia na educação básica/ Juarez Lopes de Carvalho Filho/ Benedito Souza Filho (organizadores). São Luís: EDUFMA, 2018.
- CARREIRO, Gamaliel da S. A situação da sociologia no ensino médio no Maranhão. In: Sociologia e educação: desafios da formação de professores para o ensino de sociologia na educação básica/ Juarez Lopes de Carvalho Filho/ Benedito Souza Filho (organizadores). São Luís: EDUFMA, 2018.
- CARVALHO FILHO, Juarez L. O ensino da sociologia como problema epistemológico e sociológico em relação ao Brasil e França. Educação e Realidade. Porto Alegre. V.39, nº 01, 2014.
- CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- DUBAR, Claude. A socialização: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- FERNANDES, Florestan, Educação e sociedade no Brasil. São Paulo, Dominus/Edusp, 1966.
- LENNERT Ana Lucia. Professores de sociologia: relações e condições de trabalho. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Campinas, SP: [s.n.], 2009.
- LIMA, Fabiana C. F. de. Construção das identidades profissionais dos professores formadores da Licenciaturas em Ciências Sociais. (Tese de doutorado). Fabiana Conceição Ferreira de Lima. – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2017.
- MEKSENAS, Paulo. Sociologia da Educação: Introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. São Paulo, Ed. Loyola, 2010.
- MORAES, Amaury César. Desafios para implementação do ensino da Sociologia na escola média no Brasil. Cadernos do NUPPS, USP, 2010.
- SOUSA, Maria das Dores. Identidade e docência: o saber –fazer do professor de sociologia das escolas públicas estaduais de Picos-PI. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Pós Graduação em Educação. NATAL, RN, 2012.
- SILVA, Josefa A. Reflexões Sobre Formação da Identidade Profissional do Professor de Sociologia na Educação Básica: 71REAE - Revista de Estudos Aplicados em Educação, v.1, n.2, ago./dez. 2016.
- NÓVOA, Antônio. Formação de Professores e Profissão Docente. IN: NÓVOA, A. (coord.) Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992 p. 13-33
- SANTOS, Clara.
- RELATÓRIO DO PRIMEIRO CICLO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO 2014 -2017.
- PAIM, Rodrigo; SANTOS, Sebastião. Nunca estudei e não gostei: o desafio de quebrar o preconceito sobre o ensino de sociologia. in A sociologia vai à escola. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2009.
- PANORAMA DOS TERRITÓRIOS: MARANHÃO (2016)

Sites:

UEMA - Disponível em: http://www.ccsa.uema.br/?page_id=239. Acesso em: 16/5/2021

SEDUC- MA - Disponível em: www.educacao.ma.gov.br. Acesso em: 8/5/2021

LEI DE DIRETRIZES E BASE: Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 8/5/2021

IEMA, página Inicial – Disponível em: <http://www.iema.ma.gov.br/>. Acesso em: 4/5/2021.